

## Prefácio

Este livro de Vanda Gorjão, agora publicado em segunda edição, é uma obra pioneira sobre a resistência feminina ao salazarismo. Concentrando-se no período entre 1945 e o início das guerras coloniais, em 1961, representa um fresco analítico sobre o ativismo político, cultural e social feminino de oposição ao Estado Novo.

O salazarismo partilhou com as restantes ditaduras do período entre as duas guerras mundiais, um núcleo fundamental: a ideologia do «regresso ao lar» antifeminista, ou seja, o seu elemento mais genérico, que aliás não era uma especificidade do fascismo, sendo acompanhado pelos núcleos mais conservadores do espectro político e, muito particularmente, pela Igreja Católica, que, nesta área, lhe forneceu algumas das premissas fundamentais, mas não acompanhando a tensão totalizante do Nacional Socialismo Alemão e do fascismo italiano. O salazarismo ensaiou assim uma mobilização limitada das mulheres no quadro da «nação corporativa» e por isso também limitou a extensão organizativa com que, progressivamente, o fascismo as tentou enquadrar.

As organizações femininas oficiais do regime foram criadas, aliás, no quadro da reforma nacionalista e católica do sistema educativo. O «Estado Novo» teve uma atenção ideológica obsessiva com a educação, o que não foi sinónimo, particularmente nos anos 30 e 40, de nenhum voluntarismo modernizador que, tardio e incipiente, só viria nos anos 50. Controlo ideológico dos professores, manuais escolares tornados livros únicos, disposição e decoração das salas de aula, concentraram o «tipo ideal» da ideologia do salazarismo: «Deus, Pátria, Família, Trabalho» que inspirará também os regimes ditatoriais associados à era do fascismo. Mais do que qualquer mística combatente e imperialista, foram os valores da resignação, da obediência e,

sobretudo, os de uma sociedade «orgânica» que desconhece o conflito, por um lado, e «a política», por outro, reservada que estava a uma elite paternalista chefiada por Salazar, que caracterizaram a ditadura.

Foi neste quadro de reforma do sistema educativo, que foram criadas as organizações oficiais da ditadura: a Obra das Mães para a Educação Nacional e a Mocidade Portuguesa Feminina. Qualquer que seja a tipologia adotada para a análise das organizações femininas de juventude fascistas, a MPF encontrar-se-á sempre mais perto daquelas em que a presença do catolicismo e da mística tradicionalista da família era forte. A estas organizações oficiais juntavam-se as da Igreja católica, autónomas, e cuja mobilização de mulheres foi assinalável neste período, mas que nas décadas de 1930 e 1940 ainda ampliavam os valores oficiais.

Este livro de Vanda Gorjão concentra-se sobretudo no período após a Segunda Guerra Mundial, quando o Estado Novo entra numa nova fase com o fim da chamada «era do fascismo», caracterizada pela adaptação da ditadura à nova conjuntura internacional da Guerra Fria, que teve como principal dimensão interna o aumento do «pluralismo limitado» do regime. Este foi marcado pela realização de «eleições» que abriram às oposições a possibilidade de aproveitar o espaço legal durante um curto período, com a revitalização e criação de associações, algumas herdadas da I República, e maior abertura, ainda que episódica, da censura. Fases de alguma «liberalização», seguidas no geral por vagas repressivas, marcaram este período entre 1945 e 1961, que se encerra com a maior manifestação de «desafeção» da sociedade portuguesa para com a ditadura, representada pela mobilização política associada à campanha eleitoral do general Humberto Delgado para a Presidência da República, em 1958.

Ainda que se concentrando neste período, o estudo de Vanda Gorjão representa um fresco analítico mais vasto, que vai desde a emergência do feminismo republicano às organizações de mulheres do Estado Novo e ao papel das mulheres na resistência antifascista, fundamentalmente associada ao Partido Comunista Português e à chamada «oposição democrática». Deve-se, aliás, ao PCP e à mobilização política de mulheres associadas aos grupos sociais populares a sua integração organizativa e associativa na luta contra a ditadura. Mas a inovação do estudo de Vanda Gorjão é a de ter mobilizado «histórias de vida» de um grupo significativo de mulheres ativistas, permitindo

ilustrar o seu percurso social, político e ideológico. Esta dimensão é central para a análise da relação entre a agenda política antifascista e democrática e a agenda feminista, sempre presente ao longo da obra, e que marca a evolução destas ativistas da classe média, socializadas em ambientes familiares republicanos e antifascistas, que vão ser a espinha dorsal deste ativismo, que mescla a componente republicana liberal-democrática com a comunista.

Algumas organizações feministas herdadas da I República, e outras entretanto criadas, vão ser revitalizadas a partir de 1944 e serão associadas às organizações unitárias de oposição eleitoral ao salazarismo, transformadas em estruturas de resistência. A ditadura militar implantada em 1926 não interditou a atividade dos movimentos de mulheres da I República. Muito embora sofrendo grandes limitações à sua atividade, o Estado Novo não ilegalizou o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas quando criou as suas organizações oficiais. Assim, este sobreviveu até ao após-guerra, sendo dissolvido apenas em 1947. Para além do CNMP, o regime permitiu ainda a criação de uma outra organização, a Associação Feminina Portuguesa para a Paz (AFPP), fundada em 1936 e dissolvida apenas em 1952. A partir de 1944, o Conselho revitalizou-se e alargou bastante a sua organização. Maria Lamas foi eleita presidente em 1945, e um grupo de jovens estudantes universitárias anti-salazaristas aderiu à associação. Retomaram-se então os contactos internacionais e criaram-se núcleos socioprofissionais, visando aumentar a sua penetração social. O diminuto número de associadas dos anos 30 aumentou significativamente na década de 1940, com várias delegações distritais a serem abertas na província. Foi na sequência da organização pelo CNMP de uma exposição internacional de «livros escritos por mulheres» na Sociedade Nacional de Belas-Artes, em janeiro de 1947, que o governo da Ditadura dissolveu esta organização sobrevivente da República liberal. Acompanhada por uma vaga de artigos na imprensa católica e governamental denunciando o carácter oposicionista da organização e mesmo como «um instrumento disfarçado da propaganda comunista». Maria Lamas e outras filiadas tinham, entretanto, assinado as listas do MUD Juvenil, movimento unitário de oposição eleitoral. A Associação Feminina Portuguesa para a Paz nasceu numa fase de radicalização interna do regime, caracterizada pela vitória da Frente Popular em Espanha. Sendo a sua criação da iniciativa de um grupo

de mulheres não apoiantes do salazarismo, parece estranho que tenha sido autorizada, mesmo se o seu programa de atividades fosse muito moderado, mas teve de facto existência legal.

Estas serão, em conjunto com as organizações unitárias e o PCP, as estruturas de mobilização de um grupo significativo de mulheres que tem no antifascismo, o elemento de identificação programática e a base do seu ativismo, sofrendo também a repressão cíclica que sobre estas se foi abatendo.

O estudo das organizações e da participação de mulheres quer nas organizações e instituições da ditadura, quer na resistência ao Estado Novo tem conhecido um grande desenvolvimento. Correndo o risco de esquecer outras académicas e estudiosos, é obrigatório citar pelo menos as obras de Anne Cova, João Esteves, Irene Pimentel e Zília Osório de Castro. Este livro de Vanda Gorjão, pela sua inovação analítica e riqueza empírica, tem um lugar cimeiro neste ciclo de estudos.

António Costa Pinto  
(ICS, ULisboa)